



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

1º Processo Seletivo Público de 2016 da Procuradoria da
República no Tocantins - contratação de Estagiário de Nível
Superior do curso de
DIREITO

CANDIDATO:

Nº Inscrição

CADERNO DE PROVAS

QUESTÕES OBJETIVAS E SUBJETIVA
TIPO ÚNICO

ATENÇÃO

- Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas e 1 questão subjetiva. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno (não serão aceitas reclamações posteriores);
- Para cada quesito objetivo existe apenas UMA resposta certa, que deve ser assinalada no Caderno de Questões;
- Marque as respostas na folha de repostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta;
- Não haverá substituição parcial ou integral das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato;
- Assinar a FOLHA DE RESPOSTA da Prova Objetiva
- Colocar somente o nº de inscrição na FOLHA DE RESPOSTA da PROVA SUBJETIVA/DISCURSIVA;
- A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação da FOLHA DE RESPOSTA da prova objetiva e a transcrição da prova Subjetiva (REDAÇÃO) para FOLHA DEFINITIVA;
- Os candidatos só poderão entregar a prova após uma hora de seu início, sob pena de eliminação;
- Os candidatos poderão levar a prova apenas após 03 horas do início da mesma, ou solicitar vistas posteriormente no Núcleo de Gestão de Pessoas desta Procuradoria.
- Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados, desde o momento de entrada no local de prova, até a retirada do candidato do respectivo local;
- Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala e acompanhar o encerramento das atividades.

PRIMEIRA FASE

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre direitos e garantias fundamentais, segundo a Constituição, assinale a alternativa errada:

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição;
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- d) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato;

2. Sobre direitos e garantias fundamentais, segundo a Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo se requerido pelo Ministério Público;
- b) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;
- c) não haverá juízo ou tribunal de exceção, salvo nas hipóteses previstas em lei;
- d) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o Ministério Público;

3. Sobre o mandado de segurança, segundo a Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou privada;
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional; por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um

ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados; ou, ainda, pelo Ministério Público.

c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, em funcionamento há pelo menos um ano; por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

d) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

4. Sobre a competência da Justiça Federal, segundo a Constituição, assinale a alternativa errada. Aos juizes federais compete processar e julgar:

a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

c) os crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, apenas nos casos em que a União, as autarquia federais, as empresas públicas ou as fundações federais forem prejudicadas;

d) a disputa sobre direitos indígenas.

5. Sobre a Ministério Público, segundo a Constituição, assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público é instituição intermitente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

b) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

c) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função administrativa do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

6. Sobre a Ministério Público, segundo a Constituição, assinale a alternativa errada:

a) O Ministério Público da União abrange: o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

b) São garantias dos membros do Ministério Público: vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; irredutibilidade de subsídio.

c) São vedações dos membros do Ministério Público: receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; exercer a advocacia; participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) São funções institucionais do Ministério Público: promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei; zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo

as medidas necessárias a sua garantia; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

7. Sobre concurso público, marque a alternativa errada:

a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

c) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

d) A Administração Pública pode, de maneira justificada, em razão de grave crise financeira, substituir o concurso público por processo seletivo simplificado, desde que haja aprovação do Ministério Público.

8. Sobre o teto constitucional remuneratório do serviço público, assinale a alternativa certa:

a) Em âmbito federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica, fundacional, de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, dos membros de qualquer dos Poderes, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) Em âmbito federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos

membros de qualquer dos Poderes, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

c) Em âmbito federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com exceção dos membros do Ministério Público.

d) Em âmbito federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

9. Sobre a estabilidade no serviço público, assinale a alternativa correta:

a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

b) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

c) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. É vedado procedimento de avaliação periódica de desempenho.

d) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento

efetivo em virtude de concurso público e o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

10. Sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

a) É possível, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos.

b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando autorizado pelo Ministério Público.

c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, não devendo ser observado o teto remuneratório constitucional.

d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, devendo ser observado o teto remuneratório constitucional, nos casos de dois cargos de professor; no de um cargo de professor com outro técnico ou científico; no de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11. Sobre a Administração Indireta, assinale a alternativa correta:

a) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

b) somente por lei ou ato normativo específico poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

d) somente por emenda constitucional específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição

de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

12. O art. 37 da Constituição Federal prescreve uma série de normas atinentes à Administração Pública. Essas normas são aplicáveis:

- a) À administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) À administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, mas não dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) À administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas não ao Ministério Público, em razão da independência institucional.
- d) À administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PROCESSO CIVIL

13. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a apreciação jurisdicional:

- a) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo permitida a arbitragem, na forma da lei, e sendo dever do Estado, sempre que possível, promover a solução consensual dos conflitos.
- b) Excluir-se-á, em algumas hipóteses, da apreciação jurisdicional, ameaça ou lesão a direito, sendo permitida a arbitragem, na forma da lei, e sendo dever do Estado, sempre que possível, promover a solução consensual dos conflitos.
- c) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo vedada a arbitragem e sendo dever do Estado, sempre que possível, promover a solução consensual dos conflitos.

d) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo permitida a arbitragem, na forma da lei, e sendo vedado ao Estado promover a solução consensual dos conflitos.

14. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a postulação:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, bem como é possível pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando vedado pelo ordenamento jurídico.
- b) Para postular em juízo, é desnecessário ter interesse e legitimidade, mas ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- c) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, bem como ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- d) Para postular em juízo é necessário ter interesse, sendo desnecessária a legitimidade, bem como ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio.

15. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre competência, conexão e continência:

- a) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. São continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, devendo os processos serem reunidos, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- b) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. São conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, devendo os processos serem reunidos, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- c) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

d) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. São conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, devendo os processos serem reunidos, mesmo que um deles já houver sido sentenciado.

16. De acordo com o novo CPC e a atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição, bem como nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz, litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana e a participação da Fazenda Pública.

b) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição, bem como nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz, litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana e a participação da Fazenda Pública.

c) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição, bem como nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana, registrando-se que a participação da Fazenda Pública, por si só, não configura hipótese de atuação do Ministério Público.

d) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 10 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição, bem como nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terra urbana, registrando-se que a participação da Fazenda Pública, por si só, não configura hipótese de atuação do Ministério Público.

17. De acordo com o novo CPC, assinale a alternativa correta sobre a intimação:

a) A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo, sendo vedada a intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

b) A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo e será realizada, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.

c) A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo e será realizada, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei, exceto para o Ministério Público e para a Defensoria Pública.

d) A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo, sendo a intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público realizada perante o órgão de Advocacia Pública ou do Ministério Público responsável por sua representação judicial.

18. De acordo com o novo CPC, assinale a alternativa correta sobre a sentença:

a) Haverá resolução de mérito quando o juiz indeferir a petição inicial; verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; ou ainda quando acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.

b) Haverá resolução de mérito quando o juiz acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência; homologar a desistência da ação; ou, ainda, quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

c) Haverá resolução de mérito quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção ou quando homologar a transação. Não

há resolução de mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

d) Haverá resolução de mérito quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; ou, ainda, quando homologar a transação.

DIREITO PENAL

19. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Normas penais em branco podem ser definidas como aquelas que estabelecem a cominação penal, ou seja, a sanção penal, mas remetem a complementação da descrição da conduta proibida para outras normas legais, regulamentares ou administrativas.

b) Caracteriza-se o concurso aparente de normas quando, para um determinado fato, aparentemente, existem duas ou mais normas que poderão sobre ele incidir.

c) O conflito aparente de normas pode ser resolvido com base nos princípios da especialidade, da subsidiariedade, da consunção e/ou da alternatividade.

d) Nos crimes tidos como de ação múltipla ou de conteúdo variado, ou seja, crimes plurinucleares, caso o agente pratique mais de uma conduta entre as previstas no tipo penal, deverá responder por todas as condutas em concurso material.

20. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) A tipificação do crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, independe do lançamento definitivo do tributo.

b) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

c) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

d) Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

c) As medidas provisórias, por terem força de lei, podem criar tipos penais, contudo, somente terão eficácia a partir da sua conversão em lei pelo Congresso Nacional.

d) As pessoas jurídicas estão sujeitas à responsabilização penal.

22. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça não admite a aplicação do princípio da insignificância nos crimes ambientais, pois qualquer lesão ao meio ambiente desequilibra direta ou indiretamente o ecossistema, não existindo, portanto, conduta ambiental insignificante.

c) Conforme iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o crime de roubo se consuma quando, cessada a violência ou grave ameaça, o sujeito ativo tenha a posse da *res* fora da esfera da vigilância da vítima, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente.

d) Conforme entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, quando o crime de falso se exaure

no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, em razão do princípio da consunção.

23. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça admite a aplicação do princípio da insignificância para crimes de roubo, nos casos em que a expressão econômica da lesão seja irrisória.

b) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

c) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

d) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

24. São causas interruptivas da prescrição, EXCETO:

a) recebimento da denúncia ou da queixa.

b) publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

c) recebimento do recurso pela instância revisora.

d) início ou continuação do cumprimento da pena.

PROCESSO PENAL

25 – Assinale a alternativa correta:

a) O processo perante os Juizados Especiais Criminais é orientado pelos princípios da formalidade dos atos, economia processual e celeridade.

b) O inquérito policial será presidido pela autoridade policial e também pelo membro do Ministério Público.

c) A apuração de crime praticado contra patrimônio ou interesse da União admite a ação penal pública ou privada.

d) A competência de foro por prerrogativa de função para processar e julgar Prefeito por crime é do Tribunal da região ou unidade federativa onde se situa o município por ele administrado.

26 – Assinale a alternativa correta:

a) A Constituição Federal admite a investigação direta por membro do Ministério Público de maneira circunstancial e acessória, pois a atividade investigativa está afeta prioritariamente à polícia judiciária.

b) A intimação da sentença penal condenatória, tendo o réu respondido o processo em liberdade, deve ser feita pessoalmente e na pessoa do advogado constituído.

c) É admitida a citação por hora certa no processo penal quando verificado que o réu está deliberadamente se ocultando para impedir ou dificultar o ato.

d) As partes podem arrolar suas testemunhas em até 10 (dez) dias antes da data designada para a audiência de instrução e julgamento.

27 – Assinale a alternativa correta:

a) A suspensão condicional do processo e a transação penal podem ser propostas tanto pelo membro do Ministério Público quanto de ofício pelo Magistrado, sendo um direito subjetivo do acusado.

b) Ante o princípio da obrigatoriedade, proposta a ação penal, o membro do Ministério Público deve necessariamente requerer a condenação do réu, ainda que o conjunto probatório reunido aponte em sentido contrário.

c) A audiência de custódia é um ato prescindível e se presta inclusive para a produção de prova em favor ou desfavor do custodiado.

d) De acordo com o Código de Processo Penal, sobre o pedido de restituição de coisa apreendida deverá sempre ser ouvido o Ministério Público.

28 – Assinale a alternativa correta:

a) Mesmo nos crimes de autoria coletiva, por se tratar do direito fundamental à ampla defesa, é imprescindível a imputação penal dos fatos de maneira individual e pormenorizada, sob pena de inépcia da denúncia.

b) É pacífico que o interrogatório do réu deve ser o último ato de instrução processual, inclusive quando o procedimento estiver previsto em normas especiais, como na Lei de Drogas (Lei nº. 11.343/2006).

c) Tem cabimento o pedido de prisão preventiva fundado na garantia da ordem pública, nos crimes dolosos em que a pena máxima prevista for superior a 4 (quatro) anos, quando os elementos do caso concreto apontarem a necessidade da custódia cautelar para evitar a reiteração delitiva.

d) A Constituição Federal autoriza ao membro do Ministério Público a prerrogativa de determinar o afastamento dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, visando o aprofundamento das investigações do cometimento de crimes.

29 - Assinale a alternativa correta:

a) Durante a interceptação de uma conversa telefônica devidamente autorizada por ordem judicial, de forma fortuita é gravado um diálogo travado entre o alvo e uma autoridade com foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal, havendo fundados indícios da prática de crimes. Esta prova será considerada válida e regular, podendo ser utilizada em desfavor dessa autoridade.

b) O veículo é assemelhado ao domicílio para fins de busca e apreensão de objetos em seu interior, sendo necessária a prévia expedição do competente mandado judicial.

c) A tão só confissão do réu, reconhecendo expressamente o cometimento de um delito, é prova suficiente e apta a embasar uma sentença condenatória.

d) O prazo para a interposição do recurso de apelação no Juizado Especial Criminal é de 10 (dez) dias, por termo nos autos, podendo as razões recursais ser apresentadas em momento posterior.

30 – Assinale a alternativa correta:

a) O interrogatório é meio de defesa do acusado, devendo ser obrigatoriamente franqueada a sua participação pessoal, ainda que ocorra a mudança de residência sem comunicação ao Juízo.

b) Os recursos como regra são voluntários, mas devem ser, em alguns casos excepcionais, concedidos até mesmo de ofício, como na hipótese de *Habeas Corpus* em que configurada uma flagrante e incontestável ilegalidade.

c) Há nulidade processual absoluta na recusa do Magistrado em retirar as algemas de interrogado preso, ainda que expostas as justificativas por escrito.

d) A parte poderá arguir qualquer nulidade ainda que a ela tenha dado causa, não havendo o comportamento contraditório por conta da superposição do princípio da busca pela verdade real.

SEGUNDA FASE

PROVA SUBJETIVA

1- EM RAZÃO DO GRANDE AUMENTO DA VIOLÊNCIA URBANA E DA CRIMINALIDADE EM GERAL, UMA DAS MAIORES PREOCUPAÇÕES DO CIDADÃO HOJE EM DIA ESTÁ RELACIONADA À SEGURANÇA PÚBLICA. COBRA-SE DOS GOVERNOS EM TODAS AS ESFERAS MAIORES INVESTIMENTOS E ATENÇÃO À ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA E TAMBÉM MAIOR EFETIVIDADE NAS AÇÕES POLICIAIS. DIANTE DESSE QUADRO, VOCÊ ACHA LEGÍTIMO MITIGAR OS DIREITOS DAS PESSOAS INVESTIGADAS OU PROCESSADAS, ADMITINDO-SE, POR EXEMPLO, A UTILIZAÇÃO DE TORTURAS COMO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS? (RESPONDER EM TRINTA LINHAS NO MÁXIMO)

RASCUNHO QUESTÃO 01

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

RASCUNHO

18.

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

Boa Prova!